

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

Mudanças do barulho

Escolas da prefeitura viram cenário de polêmicas

Na segunda-feira da próxima semana (10), quando sentarem em suas carteiras para iniciar o ano letivo, os 730 000 alunos das 676 escolas municipais vão ter uma surpresa. Aliás, várias surpresas. Para começar, em vez das séries normais, eles ingressarão em um conjunto de ciclos. No lugar de receberem as tradicionais notas de 1 a 10, passarão a ser avaliados por três conceitos. E, se não bastasse, poderão participar nas decisões e definições de rumos do lugar em que estudam. Em linhas gerais, são essas as principais mudanças do novo regimento das escolas municipais, aprovado provisoriamente pelo Conselho Estadual de Educação, CEE. "É uma bagunça generalizada que compromete a qualidade do ensino", acusa o vereador Nelson Guerra, do PFL, presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara. Com um jeito interiorano trazido de Londrina, cidade paranaense onde nasceu, respostas bem articuladas e seguras, o professor de teologia da PUC Mario Sergio Cortella, 37 anos, não fica calado diante de polêmicas como essa que se levantam em torno da Secretaria Municipal de Educação, comandada por ele há oito meses. "Queremos eliminar as reprovações inúteis e consolidar o processo democrático que vem sendo implantado em nossa rede", argumenta.

A velha classificação dos oito anos de primeiro grau, que ia da 1ª à 8ª série, sai de cena. Será substituída por três ciclos. O primeiro deles compreende os três anos iniciais do antigo primário. No segundo, englobam-se as 4ª, 5ª e 6ª séries, e o terceiro ficará com as duas restantes. A avaliação bimestral feita através de notas foi trocada por três conceitos que serão dados no final de cada semestre — P

(plenamente satisfatório), S (satisfatório) e NS (não satisfatório). Dentro de cada ciclo, o aluno será promovido automaticamente de um ano para outro. Por que essa divisão em três períodos de aprendizagem? "O processo de alfabetização de uma criança

relacionar com vários deles no ginásio, o que, acredita-se na secretaria, acabaria sendo um pouco traumático.

Repetência? Só na passagem de um ciclo para outro. Neste caso, o reprovado terá que refazer apenas o último ano do bloco. Com essa mudança na regra do jogo, a idéia é buscar o óbvio: baixar o índice de reprovação e evasão escolar. Nas escolas municipais, ele é de 18% — mais baixo do que os 33% registrados dentro da própria casa do secretário Cortella. Este ano, André, um de seus três filhos, terá que cursar novamente a

7ª série no colégio particular Cór Jesu, em Higienópolis. O garoto ficou de recuperação em todas as matérias e levou bomba em Matemática. Apelidada pelos adversários de "passa-fácil", a nova estrutura educacional da prefeitura divide as opiniões. "Sabendo que serão promovidas automaticamente, as crianças perderão o estímulo e se acomodarão", prevê o vereador Guerra. "É um projeto válido", pensa Antônio Joaquim Severino, professor de Filosofia da Educação da USP. "Dos 6 aos 14 anos, o processo de aprendizagem é um conjunto e a divisão em séries rígidas é uma questão secundária", acrescenta. "Do ponto de vista pedagógico, a alteração representa um avanço", analisa João Gualberto de Carvalho Menezes, presidente do CEE. "Mas, como é bastante complexa, precisamos observá-la melhor na prática." Por isso, a aprovação do CEE foi dada em caráter provisório.

OUTRO ingrediente bastante explosivo do regimento não é novidade. Trata-se da criação do Conselho de Escola, colegiado que conta com a participação de estudantes, professores, pais de alunos e funcionários.

Sua função será definir os rumos da escola a que pertencem. Esquema semelhante foi criado pelo prefeito Mário Covas quando ele já se preparava para deixar o gabinete do Ibirapuera. Não foi adiante. Ao assumir, em janeiro de 1986, Jânio Quadros tratou de riscar a iniciativa do mapa. A idéia foi retomada logo no início da gestão de Luiza



A professora Alice: "Precisaremos nos dedicar mais"

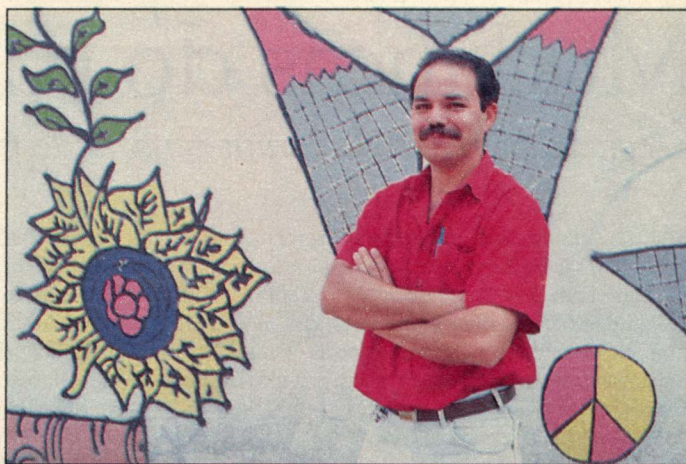


Cortella (dir.) com Freire: em casa, a repetência é maior

se completa nesses três primeiros anos", diz o secretário Cortella. Dentro desse raciocínio, juntou-se a última série primária com as duas primeiras do ginásio. É uma tentativa de driblar outro ponto de estrangulamento na vida do estudante. A criança que estava acostumada a conviver na sala de aula com um único professor terá que se



Fonseca: "Docentes não conhecem o regimento"



Itamar: "Ensino religioso é exigência constitucional"

Erundina e o que se fez agora não foi mais do que ampliar os poderes do conselho. Nada impede, porém, que o novíssimo regimento possa ser revogado no ano que vem pelo sucessor de Erundina.

Trabalhar com tantas alterações ao mesmo tempo não vai ser fácil. É o que prevê o presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação do Ensino Municipal de São Paulo, Sinpeem, Cláudio Fonseca. "Os professores ainda não tiveram tempo de tomar conhecimento de todas as mudanças", queixa-se. "Precisaremos nos dedicar ainda mais", considera a professora Alice Tiyoko Kano Hoga, 43 anos, 22 de magistério, que dá aula na escola Cacilda Becker, no Jabaquara. Esse é outro complicador, segundo Fonseca. Como será mais exigido, o professor teria que contar com uma jornada de trabalho mais elástica. O problema pode ser sanado com a aprovação do estatuto do magistério, em tramitação na Câmara. Entre outras propostas, o projeto prevê a criação da jornada plena para a rede municipal. Dessa forma, a carga de vinte horas semanais poderia ser duplicada. Como foi fruto de uma exaustiva discussão com os docentes, o projeto do estatuto só chegou à Câmara em novembro do ano passado. Não deverá ser votado antes do final de março, quando as aulas já estarão em andamento. "Aí não será mais possível implantá-lo neste ano", lamenta Fonseca. Ou seja, ao investir em modificações tão profundas no último ano de mandato, a gestão de Erundina repete o erro de Mário Covas.

A PESAR DE TODO O FALATÓRIO QUE tem provocado, a Secretaria de Educação ganhou a aprovação popular. Em uma pesquisa de avaliação de três anos de governo de Luiza Erundina, realizada pelo Datafolha, a educação emergiu como a área em que se registrou o melhor desempenho da

prefeitura. "Esse sucesso foi garantido por uma combinação de fatores", entende Erundina. Entre eles, na visão da prefeita, estariam o investimento na construção e reforma de escolas, a melhoria na remuneração dos professores e o desempenho da equipe montada pelo ex-secretário Paulo Freire. "E depois comandada com competência por Mario Sergio", ressalta a prefeita. Desde 1989, a secretaria reformou 150 escolas e construiu outras 56. Equipou-as com 240 televisores, 240 videocassetes e 350 apare-

lhos de som, sem contar computadores, gravadores, projetores e livros.

Ao retomar sua vida acadêmica para, conforme anunciou, ler e escrever seus livros, o educador Paulo Freire deixou a imagem de que pouco fez nos dois anos que ocupou a cadeira de secretário da Educação. "Eles me espinafaram no começo, mas agora estão tendo que se curvar às evidências", comemora. De fato, para o bem ou para o mal, a filosofia que está por trás das ações da secretaria leva sua assinatura. "Reconheço no Mário uma qualidade que eu não tenho e que é fundamental para o cargo de secretário", conta o educador. "Ele tem uma convivência fácil com os pormenores administrativos e sabe localizá-los dentro do conjunto."

Formado em Filosofia e ex-monge da Ordem dos Carmelitas Descalços, Cortella chegou à Secretaria da Educação como assessor especial, passou a chefe de gabinete e foi indicado pelo próprio Freire à prefeita como seu substituto. Um dos casos mais rumorosos de sua gestão, marcada por polêmicas, foi o auê em torno da disciplina Ensino Religioso nas escolas públicas. "Houve sensacionalismo com o fato de o PT, um partido de esquerda, estar introduzindo uma aula de religião nas escolas", acusa. Dizia-se também que o secretário, como professor de Teologia, estaria interessado em criar um mercado para os professores de sua área. "Essa matéria é uma exigência das constituições federal e estadual", defende Itamar Mendes da Silva, assessor da diretoria de orientação técnica da Secretaria de Educação. "Tudo o que fizemos foi coordenar a elaboração de um projeto alternativo de ensino religioso em conjunto com representantes de diversos credos." Resta agora ver os resultados de todo esse barulho.

IRACY PAULINA

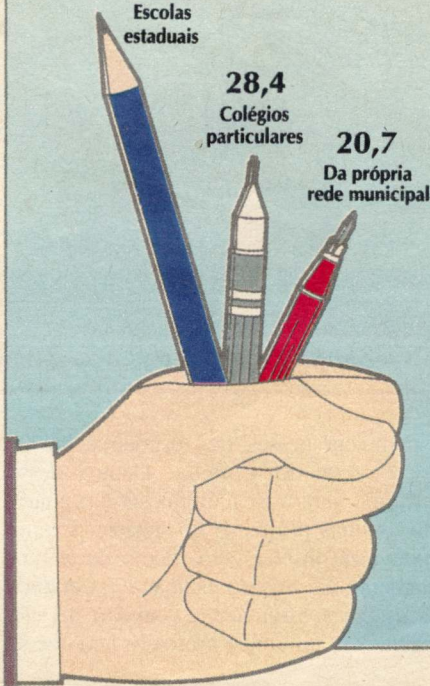
Estudantes em trânsito

Entre as 730 000 vagas oferecidas pelas 676 escolas municipais, 34 528 devem ser ocupadas este ano por alunos que migraram de outros estabelecimentos de ensino, na seguinte proporção (em porcentagem)

50,9
Escolas estaduais

28,4
Colégios particulares

20,7
Da própria rede municipal



ARTUR KENJINANG